

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.586.441 - BA (2019/0280274-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO SÉRGIO KUKINA**  
**AGRAVANTE** : **MUNICÍPIO DE SALVADOR**  
**PROCURADOR** : **DANIEL MAJDALANI DE CERQUEIRA E OUTRO(S) -**  
**BA021459**  
**AGRAVADO** : **CLINICA RADIOLOGICA SAO PEDRO LTDA**  
**ADVOGADOS** : **MARTHA MUTTI DA CRUZ - BA028775**  
**SIBELE DA SILVA PIRES - BA040251**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo manejado pelo **Município de Salvador** contra decisão que não admitiu recurso especial, este interposto com fundamento no art. 105, III, *a*, da CF, desafiando acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, assim ementado (fl. 269):

*APELAÇÃO CÍVEL. REEXAME NECESSÁRIO. PROCESSO CIVIL. DIREITO ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO NO CHAMAMENTO PÚBLICO. SENTENÇA QUE CONCEDEU A SEGURANÇA E CONFIRMOU A MEDIDA LIMINAR. VIOLAÇÃO DO DIREITO LÍQUIDO E CERTO. INOCORRÊNCIA DA PERDA DO OBJETO. CREDENCIAMENTO REALIZADO EM RAZÃO DE ORDEM JUDICIAL.*

*Inobstante os argumentos esposados pelo recorrente, estes padecem de respaldo legal, tendo em vista que o cumprimento de medida liminar não provoca a perda do objeto ou a falta superveniente do interesse de agir, visto que não houve esgotamento do mérito da ação, e se ainda assim fosse, todo o cumprimento de liminar determinada pelo juízo seria uma das causas de extinção do processo sem julgamento do mérito.*

*Por fim, no que pertine à fundamentação e dispositivo da sentença que ora se reexamina, verifica-se que a mesma encontra-se devidamente motivada, não merecendo, pois, ser reformada.*

*APELAÇÃO IMPROVIDA, SEM ENÇA CONFIRMADA EM REEXAME NECESSÁRIO.*

Opostos embargos declaratórios, foram rejeitados.

Nas razões do recurso especial, a parte agravante aponta violação aos arts. 489, § 1º, IV, 927, § 1º, e 1.022, II e parágrafo único, II, do CPC/15. Para tanto, sustenta que o aresto integrativo deveria ser anulado, porque não teria sanado vício indicado nos aclaratórios. Em acréscimo, aduz que "a Municipalidade - ao constatar que o(s) fundamento(s), que, em verdade, havia(m) lastreado sua única tese recursal [qual seja, de que, em virtude da tutela judicialmente vindicada, antes mesmo da concessão medida liminar, já ter sido conferida à parte impetrante, *in casu*, havia se operado a perda objeto] não havia(m) sido enfrentado(s) na decisão, que julgou seu recurso de apelação (fls. 16-23 dos autos físicos), uma vez que a Corte de Piso rechaçou tal tese recursal partindo da equivocada premissa de que o fundamento manejado pela Municipalidade para sustentar a reforma da sentença havia sido o de que o cumprimento da liminar ensejaria a perda do objeto - instou-a a apreciar sua tese recursal, dessa feita, tomando por base o(s) fundamento(s) fático(s) e jurídico(s), que, efetivamente, a lastreou(lastrearam)" (fl. 305).

O Ministério Público Federal, na condição de fiscal da lei, opinou pelo conhecimento do agravo e não provimento do recurso especial (fls. 360/362).

### **É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.**

Ao solucionar a controvérsia, o Tribunal *a quo* asseverou (fls. 273/276):

*Em suas razões recursais, o Município alega a perda do objeto, impondo-se a extinção do feito sem resolução de mérito, uma vez que em 31 de julho de 2012 foi publicada a reabertura do prazo de inscrição para credenciamento de empresas por tempo indeterminado, tendo a Recorrida apresentado a documentação correspondente à habilitação. Aduz, inclusive, que as partes já celebraram novo contrato em 21 de outubro de 2012, bem como termo aditivo em 21 de outubro de 2013 para prorrogação do prazo contratual.*

*Todavia, da análise dos autos, constata-se que o credenciamento oportunizado pela Apelante decorreu do cumprimento da medida liminar concedida às fls.*

*150/154.*

*Inclusive, da análise dos documentos acostados ao apelo, observa-se especificamente às fls. 219 que a abertura de inscrição para credenciamento é destinada àqueles "que não participaram ou não foram habilitados no Chamamento*

*Público vigente".*

*Nessa esteira, o parecer ministerial (fls. 08/11) acompanha o melhor entendimento ao opinar no sentido de que "o restabelecimento da prestação de serviços do SUS pela apelada, por força judicial, diante da declaração de nulidade do certame n.º 02/2010, apenas confirma a ilegalidade originária do ato impugnado, afastando a possibilidade de extinção do feito sem julgamento de mérito." Portanto, inobstante os argumentos esposados pelo recorrente, estes padecem de respaldo legal, tendo em vista que o cumprimento de medida liminar não provoca a perda do objeto ou a falta superveniente do interesse de agir, visto que não houve esgotamento do mérito da ação, e se ainda assim fosse, todo o cumprimento de liminar determinada pelo juízo seria uma das causas de extinção do processo sem julgamento do mérito. [...]*

*É evidente que a Impetrante somente alcançou o direito pretendido em razão da interposição da ação, cuja resistência decorreu da omissão do Impetrado.*

*O caráter provisório da medida liminar é inerente à sua natureza, o que possibilita sua modificação ou revogação em momento posterior, inclusive na própria sentença, caso entenda oportuno. Se provisória, carece de uma confirmação definitiva da situação pretendida, o que encontra amparo no pronunciamento judicial definitivo.*

*Neste jaez, a prolação da sentença tem o efeito de substituir o decisum que concedeu a tutela de urgência. Por sua vez a extinção do processo sem julgamento de mérito faria desaparecer aqueloutro provimento, referente à liminar, autorizando o Impetrado a buscar o restabelecimento do "status quo ante".*

Ao julgar os aclaratórios, a Corte de origem acresceu (fl. 293):

*Sustenta o Embargante que o julgado contém erro de fato por concluir, contrariamente ao acervo probatório, que o credenciamento oportunizado ao Apelado decorreu exclusivamente do cumprimento da medida liminar.*

*Aduz ainda que o acórdão é omissos quanto à violação aos dispositivos dos art. 24 e 25 da Lei Federal n.º 8.080/1990, art. 6º, §5º da Lei Federal n.º 12.016/2009 e art. 485, VI do CPC/2015.*

*Por fim, prequestiona a matéria discutida, alegando violação das normas acima mencionadas.*

*Pleiteia, assim, o provimento do recurso horizontal, para que sejam sanados os vícios citados, emprestando-lhe efeito modificativo.*

*Contudo, não há o que reparar, pois a matéria debatida foi exaustivamente apreciada, não comportando falar nas omissões suscitadas, pois, se o acórdão concluiu pelo improvimento à apelação e manutenção da sentença, o fez de forma clara, além de se respaldar nas provas dos autos, na lei, doutrina e jurisprudência sobre a matéria.*

*O decisum encontra-se de maneira clara e coerente, não ensejando a arguição de vício que admita a interposição e o acolhimento dos aclaratórios, como se pode constatar da leitura de todo o julgado, que apenas decidiu de forma diversa do entendimento do Embargante, que pretendia a reforma total da decisão.*

Como se vê, não há contrariedade aos arts. 489, § 1º, IV, 927, § 1º, e 1.022, II e parágrafo único, II, do CPC/15, porquanto se constata que o acórdão integrativo cumpriu seu ofício, concluindo que não havia vício a ser sanado, sobretudo porque o aresto embargado solucionou a controvérsia com o direito que entendeu melhor aplicável ao caso.

Ressalte-se que o fato de o Tribunal *a quo* haver decidido a lide de forma contrária à defendida pela parte agravante, partindo de premissa fática diversa daquela por ela proposta, não caracteriza omissão ou qualquer outra causa passível de exame mediante a oposição de embargos de declaração. Vale frisar que a negativa de prestação jurisprudencial se configura apenas quando o Tribunal deixa de se manifestar sobre ponto que seria indubitavelmente necessário ao deslinde do litúgio, o que não ocorreu no caso concreto. Nesse mesmo sentido, destacam-se as seguintes ementas:

**PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DO ARTIGO 1.022 DO CPC/2015. OMISSÃO NÃO EVIDENCIADA. ACÓRDÃO QUE SE MANIFESTOU DE FORMA CLARA E FUNDAMENTADA A RESPEITO DA QUESTÃO RELEVANTE.**

**1. Na hipótese, afasta-se a alegada violação dos arts. 1.022, II, combinado ao parágrafo único, II, e 489, §1º, IV e VI, do CPC/2015, porquanto o acórdão recorrido manifestou-se de maneira clara e fundamentada a respeito das questões relevantes para a solução da controvérsia. A tutela jurisdicional**

*foi prestada de forma eficaz, não havendo que se confundir decisão contrária ao interesse da parte com ausência de fundamentação ou negativa de prestação jurisdicional.*

*2. Agravo interno não provido*

**(AgInt no REsp 1.799.531/RS**, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 16/9/2019, DJe 18/9/2019)

*PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ISSQN. CENTRO DE REGISTRO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES. ENQUADRAMENTO. LISTA ANEXA À LC 116/2003. SERVIÇOS NOTARIAIS. OFENSA AO ART. 535 DO CPC/1973. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA. OFENSA A DIREITO LOCAL. SÚMULA 280/STF. ALEGAÇÃO QUE CONTRARIA PREMISSAS FÁTICAS DO ACÓRDÃO. REEXAME PROBATÓRIO. SÚMULA 7/STJ.*

*1. Não procede a suscitada contrariedade ao art. 535 do CPC/1973, tendo em vista que o Tribunal de origem decidiu, fundamentadamente, as questões essenciais à solução da controvérsia, concluindo de forma contrária à defendida pela parte recorrente, o que não configura omissão ou qualquer outra causa passível de exame mediante a oposição de embargos de declaração.*

*[...]*

*4. Agravo interno da municipalidade a que se dá provimento para conhecer em parte do recurso especial do contribuinte e, nessa extensão, negar-lhe provimento.*

**(AgInt no AgInt no AgInt no AREsp 956.999/RS**, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 6/12/2018, DJe 13/12/2018)

**ANTE O EXPOSTO**, nego provimento ao agravo.

Publique-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA  
Relator